

As taxas de ⁹⁹ JORNAL D juros têm que 28 M continuar altas

■ Falta de ajuste fiscal deixa governo sem outra alternativa de controle da inflação

CONSUELO DIEGUEZ E
RAQUEL ALMEIDA

As últimas semanas têm sido marcadas por embates entre empresários e governo em torno das altas taxas de juros. Nesta briga, o Congresso tomou partido das empresas, e os líderes dos partidos reuniram-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso para pedir a queda nas taxas. A pressão levou o presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, a anunciar uma pequena redução dos juros. Neste confronto, porém, os economistas que participaram do Balanço Mensal promovido pelo **JORNAL DO BRASIL** — Edward Amadeo, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, Reinaldo Gonçalves, presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj), Luiz Antônio Gonçalves, presidente do Banco Cindam, e Carlos Eduardo de Freitas, da Fundação Getúlio Vargas — dão razão à equipe econômica. Consideram que, neste momento, o único instrumento que o governo possui para reduzir o nível de demanda e manter a inflação sob controle é o juro alto.

“Se não tiver ninguém reclamando da taxa de juros, a política está errada”, avalia Luis Antônio Gonçalves, ex-secretário do Tesouro e ex-secretário-geral do Ministério da Fazenda. Os economistas entendem, no entanto, que erros anteriores na condução da política econômica obrigaram o governo a lançar mão deste instrumento que — reconhecem — não é saudável para a economia.

“A única variável que continua sob controle do governo é a taxa de juros. Nem na área fiscal nem através do programa de privatizações o governo conseguiu ou teve tempo de gerar ganhos importantes. Dois meses depois os efeitos do aperto monetário começam a ser sentidos”, observa Amadeo. Lembra, entretanto, que estes efeitos não eram os desejados. Isto porque o consumo está sendo contraído pelo endividamento excessivo dos consumidores. “Este é o caminho mais tortuoso e mais penoso”, diz. Começou uma onda de inadimplência que está afetando não só quem comprou mas também quem está produzindo. Ou seja, a empresa comercial não consegue cobrar e, portanto, não consegue pagar à indústria, que começa a ter problemas com o seu banco.

Escalada — Carlos Eduardo de Freitas também concorda que

as taxas precisam permanecer altas para evitar uma escalada inflacionária. Mas afirma que este é um processo que não pode durar muito, sob risco de jogar o país numa enorme recessão, além de resultar em pressões políticas difíceis de administrar.

Sua maior crítica recai na ineficiência do governo em conseguir o equilíbrio fiscal. Para ele, o presidente Fernando Henrique dá sinais de fraqueza ao não enfrentar seus aliados políticos na questão do controle do déficit público. Os bancos estaduais, em sua opinião, deveriam se ajustar imediatamente ou então serem liquidados pelo governo. “Por muito menos do que os bancos estaduais fazem, o Comind e o Auxiliar foram tirados do mercado em 1985”, diz.

Fragilidade — Para Freitas, a atual estabilidade do governo é muito frágil. Está dependente de uma taxa de juros elevada e de um equilíbrio no balanço de pagamentos (resultado entre exportações, importações e entradas e saídas de dólares). Por isso, ele considera fundamental um superávit nas contas do Tesouro, o que exigiria um maior rigor do governo em relação aos seus gastos e dos gastos estaduais. “Os movimentos do governo neste sentido me parecem muito tímidos, estão mais no terreno do discurso do que da prática”.

Para Reinaldo Gonçalves, os juros altos vão gerar “uma overdose de política contracionista”. Suas críticas recaem sobre os erros passados que levaram à elevação dos juros, como a abertura comercial e a valorização do real frente ao dólar. Os juros altos, em sua opinião, têm efeito perverso, pois produzem expectativas inflacionárias, aumentam o endividamento público e provocam recessão. Para ele, o governo perdeu o controle sobre os rumos do Plano.

Menos crítico, Luiz Antônio Gonçalves considera que o governo ainda detém o controle do Plano. “Não vejo o governo refém e nem passivo. O Plano caminha. Enquanto não se tem um arcabouço mais geral do programa, a inflação tem que ser atacada através do crédito ao sistema financeiro. É claro que isto cria distorções. O sistema financeiro está engessado, o que desestimula as intermediações bancárias. Mas quanto às taxas de juros, não há nada a criticar”.